

DISCURSO DE POSSE NO CARGO DE DESEMBARGADOR FEDERAL DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO

Hoje é um dia muito especial para mim. Sinto-me honrado por integrar esta Corte, depois de mais de 21 anos de exercício na magistratura federal.

Recordo-me do dia 17 de outubro de 1991, quando eu, aos 27 anos de idade, tomei posse como juiz federal substituto perante este Tribunal Pleno, ainda na antiga sede da rua Líbero Badaró. Daquela Corte remanescem, hoje, os desembargadores federais Márcio Moraes e Diva Malerbi, a quem rendo minhas homenagens.

Naquele já longínquo dia, eu realizava um sonho: tornar-me juiz federal. Integrar o Tribunal era algo tão distante que sequer passava pela minha cabeça que algum dia isso pudesse acontecer.

A promoção ao segundo grau de jurisdição, afinal, representa muito para o magistrado, pois é o coroamento de uma carreira. Por isso, o que sinto neste momento é um grande e sincero orgulho por ter galgado este degrau.

Encerro um ciclo de minha vida e inicio outro. Em relação ao ciclo que se encerra – o da jurisdição de primeiro grau –, só tenho boas lembranças e agradecimentos. Aprendi muito e, por onde passei, fiz amigos e deixei marcas. Sempre tive em mente a necessidade de dar rápida resposta às demandas que recebia, mas a dura realidade da jurisdição cedo me ensinou que, por mais que se queira, não se pode tudo.

Ingressei na magistratura durante o auge de ações decorrentes do chamado Plano Collor. Se, de um lado, essa avalanche de ações teve o aspecto positivo da busca do cidadão pela jurisdição para a afirmação de seus direitos, então violados pelo Estado, de outro escancarou as deficiências do nosso sistema judicial, incapaz de absorver tantas demandas.

Estava ali, naquele fenômeno, a gênese da reforma do Judiciário e das leis processuais, que vieram anos depois para tentar tornar mais efetiva a jurisdição. Por mais que se trabalhasse, o tempo dedicado não era suficiente para dar vazão aos processos e isso me angustiava. Ao perceber, porém, que eu não podia tudo, mas que seria possível melhorar, mesmo em meio ao caos, consegui compreender melhor o meu papel como juiz.

Compreendi que aos juízes é atribuída uma das mais difíceis atividades do ser humano: julgar seu semelhante. Seja nas relações obrigacionais – públicas ou privadas – ou nas causas penais, julgar é uma tarefa extremamente difícil e requer, do julgador, não só boa técnica, mas, sobretudo, equilíbrio, serenidade e humildade. Afinal, quem pode, sob uma perspectiva filosófica, julgar o próximo?

Em livro intitulado “Julgar”, o magistrado francês SERGE PORTELLI afirmou que é impossível ser juiz porque não se trata mais do que um ofício. “Alguém pode ser um pintor”, diz ele, “porque tem o dom da pintura. Alguém pode ser um músico porque tem o dom da música, mas não se pode ser um juiz porque não existe o dom de julgar”. E pergunta: “Que homem poderia ser tão presunçoso para julgar um outro? Quem poderia ser tão sábio, tão probo, tão virtuoso, tão justo? Quem poderia sustentar que tem a vocação para esse ofício, sentindo-se chamado por uma voz interior?”

Questões como essa eu fiz a mim mesmo e, por isso, entendi a importância de o juiz manter contato com a realidade; de não se deixar iludir por um poder que lhe é outorgado e não achar que é melhor que ninguém. O exercício da humildade deve ser uma constante na vida do magistrado.

Percebi, então, que o que o cidadão deseja não é a melhor sentença, a mais erudita, mas sim uma resposta relativamente rápida à sua demanda, escrita em uma linguagem compreensível a qualquer pessoa, e não apenas àqueles iniciados na terminologia hermética dos juristas.

Com isso em mente e reconhecendo que, sozinho, eu nada conseguiria, passei a ver em meus auxiliares a estrutura necessária para – a despeito das dificuldades existentes – prestar boa jurisdição. Compreendi a importância da equipe de trabalho.

Ao juiz é essencial que tenha boa equipe de trabalho e que essa equipe seja coesa e consciente do objetivo fundamental do juiz, que é a prestação jurisdicional.

Nesse meu caminhar, posso afirmar que fui feliz. Consegui formar boas equipes de trabalho na 12ª Vara Cível, assim como na 1ª Vara de Execuções Fiscais de São Paulo e, especialmente, na saudosa 3ª Vara de Ribeirão Preto, cidade onde vivi importantes anos de minha vida. A 3ª Vara Federal de Ribeirão Preto, que foi extinta, serviu de laboratório para diversos trabalhos de gerenciamento de feitos, tornando-se referência para outras unidades jurisdicionais. Sob a coordenação de Lindomar, diretor de secretaria, havia um espírito de equipe impressionante. Entre mim e os servidores existia mais do que relação profissional. Havia amizade e respeito.

A provar isso estão aqui servidores daquela Vara, que, mesmo depois de quase 10 anos que deixei Ribeirão Preto, vieram dar testemunho dessa amizade que nos uniu e nos une, não é verdade, Viviane e Denise?

Peço licença, a propósito, para narrar um fato curioso. No meu decreto de nomeação pela presidenta da República, constou que eu era titular da 3ª Vara Federal de Ribeirão Preto, a despeito de eu ser titular da 10ª Vara Federal Criminal de São Paulo desde novembro de 2004.

Demorou tanto para sair esse decreto e, quando saiu, continha essa imprecisão. Mas, como disse o meu amigo e vice-presidente da Ajufe, Ivanir Ireno, o que importa não é de onde você vem, mas para onde você vai. É verdade. Entendo isso, porém, como uma homenagem àquela Vara, que, como lhes narrei, foi um exemplo de trabalho bem feito.

Pois bem. Quando retornei a São Paulo, em 2004, assumi a 10ª Vara Federal Criminal e ali também tive uma excelente equipe de trabalho. Depois de alguns ajustes, consegui passar aos servidores o “espírito da 3ª Vara de Ribeirão Preto” e, unidos por um objetivo, com a segura direção de secretaria do Denis, agora meu assessor, conciliamos a qualidade do trabalho com a produtividade necessária para dar solução aos processos em tempo razoável, como manda a Constituição.

É de se destacar, também, o espírito colaborativo dos juízes federais substitutos que comigo dividiram o trabalho da 10ª Vara Criminal, Fernando Mendes e Márcio Rached. Além de ótimos profissionais, grandes amigos.

Por isso, a todos os servidores e juízes que comigo trabalharam nesses anos todos, meu muito obrigado!

No ciclo que se inicia, neste Tribunal, continuo com o mesmo espírito e com a mesma vontade. Embora ciente das grandes dificuldades que encontrarei, pois a quantidade de processos, proporcionalmente, é muito maior que na primeira instância, tenho certeza de que os servidores que comigo trabalharão também se unirão por este ideal: o de dar resposta aos processos em tempo razoável.

Em relação a este Tribunal, quero dizer também que venho com o intuito de colaborar. Colaborar para que o nosso Tribunal brilhe na constelação de nosso país como um Tribunal de vanguarda, formador de jurisprudência e referência em todos os níveis. Se houve dificuldades no passado, essas dificuldades precisam ser superadas. O momento é de união.

A propósito, quero destacar o papel do nosso presidente, Desembargador Newton De Lucca, que, na medida do possível e com o seu poético jeito de ser, tem procurado diminuir as diferenças e atender às diversas solicitações que lhe chegam, na dura tarefa de administrar o Tribunal. É preciso destacar a importante atitude de acelerar os concursos de remoção e promoção, atendendo a antiga reivindicação dos juízes de primeiro grau.

Faço esse destaque porque entendo fundamental que se tenha sempre presente a importância de dar-se ao magistrado tranquilidade para que possa trabalhar. E essa tranquilidade, muitas vezes, pode ser dada pelo Tribunal ao qual o juiz esteja vinculado, facilitando-lhe as questões relativas à sua vida funcional.

Louvo, por isso, a sensibilidade dos membros do nosso Conselho da Justiça Federal, desembargadores Salette Nascimento, Fábio Prieto, Therezinha Cazerta e Johansom Di Salvo, além do próprio presidente. Continuem a dar prioridade a questões que envolvam a magistratura na Terceira Região, resolvendo com rapidez as questões suscitadas pelos magistrados, diretamente ou por meio de suas associações de classe.

Senhoras e senhores. Este Tribunal é o maior tribunal federal do país em quantidade de processos e o que mais baixou processos julgados entre todos, de acordo com os dados divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça, relativos ao ano de 2011, que estão disponíveis na internet, no chamado “Justiça em Números”. Os dados de 2012 não estavam disponíveis quando pesquisei.

Os membros desta Corte, incluindo-se os juízes federais convocados, têm trabalhado muito para diminuir o grande déficit jurisdicional existente. O Tribunal tem conseguido julgar mais do que o número de novos casos que nele ingressam. Todavia, ainda é alta a sua taxa de congestionamento. Por isso, mudanças ainda precisam acontecer, inclusive o aumento do número de desembargadores. O redimensionamento da Justiça Federal de Segundo Grau é inadiável. Desde a instalação dos Tribunais Regionais Federais, em março de 1989, o número de juízes federais cresceu 668%, enquanto o número de desembargadores cresceu apenas 89%.

Senhoras e senhores, quis o destino que eu tomasse posse no cargo de desembargador federal durante o exercício do mandato de presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil, a AJUFE, a nossa associação de classe.

Não vou me estender, neste discurso, sobre as questões inerentes à minha atuação como presidente de associação de classe. Contudo, reconheço que dela não posso dissociar-me. Afinal, a AJUFE tem sido protagonista de importantes momentos na defesa da magistratura e do Poder Judiciário. Tenho procurado mostrar a necessidade do diálogo institucional e do respeito como fatores essenciais para a valorização da magistratura e a melhora do sistema judicial.

Não há democracia sem Poder Judiciário independente, forte, responsável e célere. Por isso, é preocupante o que vem acontecendo. O trabalho da magistratura precisa ser reconhecido e valorizado. A exposição midiática apenas das mazelas do Poder Judiciário, por quem tem o dever institucional de representá-lo, não contribui para o aprimoramento institucional.

Que os maus magistrados sejam investigados, processados e, em sendo o caso, punidos, observando-se, evidentemente, o devido processo legal inerente ao regime democrático. Mas que se evitem generalizações quanto a pontuais más condutas, pois as generalizações apenas influenciam negativamente o estado de ânimo dos bons magistrados, afetando sua imagem e, até mesmo, sua produtividade.

Quero dizer com isso, senhoras e senhores, que não se pode esquecer que o juiz é um ser humano e, como tal, ama, sofre, compreende. Tem sentimentos. Experimenta emoções. Muitas vezes, diante da crueldade da vida e dos fatos que ela produz, para si ou para os que lhe chegam ao conhecimento nas causas, sofre, isolado em seu gabinete.

Por isso, a superexposição dos pontuais problemas de conduta de magistrados, dando a impressão de que isso seria a regra, além de injusta é perversa e contraproducente. Os bons magistrados constituem a esmagadora maioria do corpo de juízes e a sociedade brasileira tem uma magistratura digna. O seu aperfeiçoamento deve ser constante, é evidente, mas a sociedade pode estar segura de que tem uma magistratura da qual pode orgulhar-se.

O juiz não pode escolher as causas que irá julgar. Não pode dar-se ao luxo de gostar dessa e não daquela matéria. Onde estiver lotado, deparar-se-á com as mais diversas causas e terá que lhes dar a solução mais adequada possível. Não raras vezes, a boa solução estará em não julgar a causa no mérito, mas conduzi-la à conciliação entre as partes. Para isso, requer-se do juiz serenidade e equilíbrio, a fim de transmitir às partes em litígio a segurança necessária para que se ponha fim à disputa.

Nas causas penais, o juiz deve ter consciência de que não está ali para vingar a vítima ou a sociedade. Por mais hediondo que seja o crime cometido, o juiz deve ter equilíbrio e serenidade suficientes para garantir ao acusado o processo penal justo, como lhe garante o artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Por pior que seja o crime cometido, isso não retira do acusado sua condição humana. Além disso, o juiz deve ter a compreensão de que, por mais corriqueiro que seja o fato ou insignificante a causa, do ponto de vista econômico, ali está uma vida a ser tratada. O constrangimento do processo penal ao cidadão não pode ser desconsiderado pelo juiz, como, aliás, já ensinava Carnelutti, ao tratar das misérias do processo penal.

Guardião das garantias do processo justo, porém, não pode o juiz afastar-se da sua missão de aplicar a lei penal. Equilíbrio e serenidade, portanto, são requisitos fundamentais para o exercício da judicatura.

Não existem super-heróis na magistratura. Não há supermagistrados. Ninguém se torna herói porque decidiu ou relatou um ou outro processo. A AP 470, por exemplo, conhecida como Mensalão, teve a colaboração de inúmeros juízes federais pelo Brasil todo, que cumpriram centenas de cartas de ordem do Supremo Tribunal Federal durante a instrução processual.

Diariamente, milhares de juízas e juízes, por este imenso Brasil, realizam audiências e proferem decisões que interferem na vida dos cidadãos. Sem alarde, sem mídia, sem pretensão heroísmo. Apenas cumprem o seu dever. E é assim que tem que ser.

Haveria muito por dizer, mas não quero cansá-los. Reza a prudência que um discurso deve ser curto o suficiente para que nele se preste atenção. Por isso, serei prudente.

Vivemos um período difícil na magistratura, mas ele não será eterno. Vejo o futuro com otimismo. Tenho fé e esperança. Existem mulheres e homens de bem que desejam ajudar e querem o aperfeiçoamento das instituições democráticas, das quais a magistratura é um dos pilares. Se cada um cumprir bem o seu papel, exercendo uma função útil no meio em que se encontra, um mundo melhor poderá ser construído.

A união das pessoas de bem em torno de propósitos honestos e voltados ao bem comum nos fortalecerá.

Já é hora de encerrar. Não posso, porém, sem antes fazer alguns registros e agradecimentos.

Quero, uma vez mais, agradecer a todos os servidores que comigo trabalharam e aos que agora trabalham. Seria difícil nominá-los todos, mas peço licença para citar quatro deles e, em seus nomes, homenagear a todos: Viviane, Denise, Lindomar e Denis. Obrigado!

Devo dizer, também, que tomo posse no cargo que antes era ocupado pelo desembargador Pedro Paulo Lazarano Neto, que, como eu, é palmeirense e sofredor. Mas o sofrimento ajuda a evoluir.

Ao Pedro Paulo, meu amigo, presto singela homenagem. Em mais uma das peças que o destino prega, lembro que, em 1993, não fui promovido a juiz titular na 12ª Vara Cível da Capital, que eu havia instalado, porque, pela regra da antiguidade, para ali se removera o então juiz federal Lazarano Neto. Quem poderia imaginar que, anos depois, eu o sucederia no Tribunal Regional Federal.

Uma saudação especial quero fazer ao advogado e professor Luís Roberto Barroso, que ontem foi indicado pela presidenta da República ao cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Carlos Ayres Britto. Embora nós, juízes federais, sempre tenhamos a justa reivindicação de que juízes federais de carreira sejam indicados para o Supremo, não posso deixar de reconhecer que o professor Barroso representa uma daquelas poucas unanimidades no país. Por isso, ganha o Supremo Tribunal Federal e ganha o país.

Quero agradecer a presença de todos os meus colegas, juízes, e também dos meus amigos, que vieram de diversos lugares para compartilhar comigo este momento de grande alegria.

Aos inúmeros amigos advogados aqui presentes, que vieram prestigiar-me, muito obrigado!

Aos meus amigos de infância, da rua Mont' Alverne, no Ipiranga; aos meus amigos do Colégio São Francisco Xavier; aos meus amigos da Faculdade de Direito do Largo São Francisco; aos meus colegas da Procuradoria do Estado; aos meus companheiros da Ajufe; aos meus amigos da Pró-Vida. A todos vocês, muitíssimo obrigado!

Todos me honram com suas presenças.

Ao Paulo Sérgio Domingues, amigo há mais de 30 anos, dos tempos da faculdade, e que vai substituir-me enquanto exerço o mandato associativo, meus agradecimentos.

Uma saudação especial à minha família. Aos meus sogros, Salvador e Leda, que mais do que sogros, são meus amigos.

Aos meus primos e primas que aqui estão, – e aos que não puderam vir – bem como aos meus cunhados, muito obrigado!

A Alice, que tem cuidado tão bem de todos nós, obrigado!

Aos meus irmãos – Loris, Domingos Sávio e Sonia Maria – e às minhas cunhadas, Márcia e Isette, obrigado!

Aos meus sobrinhos Bruno, Hélio, Luís Fernando, Lucas, Tiago, Marina, André e Guilherme, o meu carinho.

A minha mãe, Dalma, que, aos 80 anos de idade, veio lá de Paraguaçu Paulista para me prestigiar neste momento importante de minha vida. Sempre rezando para que eu alcance o sucesso.

Mãe, a você o meu eterno agradecimento!

A Giovanna, filha amada, luz de minha vida. Sei que lhe tenho roubado horas de convívio em função da presidência da AJUFE. Obrigado, filha! Você tem sabido compreender.

A Cibele, minha mulher, amiga e companheira. Meu amor! Sem o seu incentivo e a sua *joie de vivre*, tudo seria difícil. Sei que, às vezes, sou um pouco sisudo, mas é que eu sou virginiano ortodoxo. Sou terra. E você, como sagitariana, é fogo. Nossos elementos se complementam.

Giovanna e Cibele, reafirmo o que lhes disse quando tomei posse na presidência da AJUFE: **“sem o apoio de vocês eu nada faria. Sem o seu amor, eu nada sou. Agradeço a Deus pela presença de vocês em minha vida”**.

Por fim, gostaria de agradecer a duas pessoas que não estão mais fisicamente entre nós.

Ao meu pai, Loris, que se dedicou integralmente à família e trabalhou muito para que os seus quatro filhos tivessem o diploma universitário que ele nunca conseguiu para si. Naquele longínquo dia 17 de outubro de 1991, ele estava na plateia, feliz por eu ter realizado um sonho. Hoje, certamente, ele estaria radiante, vibrando comigo na mesma frequência.

Ao Dr. Celso Charuri, que muito me ensinou e que me mostrou que um Mundo Bem Melhor é possível. E que ele está dentro de cada um de nós.

Deus abençoe a todos nós! Muito obrigado!

São Paulo, 24 de maio de 2013.